

7. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal as seguintes propostas de alteração ao CRMB:

- Versão final da alteração ao Código Regulamentar – Parte E, Título I
- Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços;

- Versão Final da alteração ao Código Regulamentar - artigo D/3º, Parte D, Título II (Ocupação do Espaço Público e Publicidade) e o artº I/30º, Parte I (Fiscalização e Sancionamento de Infrações).

- Projeto de alteração ao código Regulamentar, na parte referente ao “Parque de Campismo” e Alteração ao Regulamento Interno do Parque, nos termos constantes do processo.

*A reunião do
Executivo Municipal
foi realizada em
10 Abril 2019*

Informação DMGAP

Assunto: Aprovação de versão final – **Alteração ao Código Regulamentar Parte E, Título I – Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços**

Exmo. Sr. Presidente,

1 - Por despacho de **13 de abril de 2017**, deu-se início ao procedimento de alteração da **Parte E, Título I - Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços**, do Código Regulamentar do Município de Braga.

2 - Uma vez que a matéria objeto de regulamentação afeta direta e imediatamente direitos ou interesses legalmente protegidos, submeteu-se o Projeto a **audiência dos interessados**, pelo prazo de 30 dias, nos termos previstos no artigo 100º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Assim, foram notificadas, em sede de audiência prévia, as seguintes entidades representativas dos interesses em causa: Associação de Moradores Poder Viver na Sé (APVS), Associação de Bares Portais da Sé, Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP), Deco, Associação Comercial de Braga, ASAE, Associação de Hotelaria, Restauração e Similares – AHRESP, Sindicatos dos Trabalhadores do comércio, Juntas de Freguesia – União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade, Junta de freguesia de São Vítor, Junta de freguesia de Gualtar.

Decorrido o prazo de 30 dias para pronúncia, apenas apresentaram contributos, em tempo devido, a Associação de Moradores Poder Viver na Sé, a DECO e a Associação Comercial de Braga, objeto de análise e ponderação.

3 - Concluída a fase de audiência prévia, submeteu-se o Projeto a **consulta pública**, para recolha de sugestões, procedendo-se, para esse efeito, à sua publicação

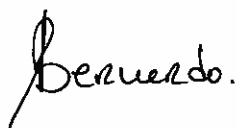
na 2.ª Série do Diário da República e no site institucional do Município, pelo período de 30 dias úteis, nos termos previstos no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo – ver Aviso n.º 18927/2018, publicado no DR de 17/12/2018.

4 - Findo o período de consulta pública verificou-se que foram apresentados dez contributos, constantes do processo: Armindo Vasconcelos, Diogo Lemos, Associação Poder Viver na Sé (APVS), Fátima Gonçalves (Pínel Dedal), Paulo Carneiro, José Afonso Matos, António Carneiro, Antónia Varela, Vânia Fernandes e Associação Comercial de Braga (ACB). De todas as entidades que apresentaram contributos apenas a Associação Poder Viver na Sé (APVS) e a Associação Comercial de Braga (ACB) propuseram alterações regulamentares concretas, que foram analisadas e ponderadas nos termos descritos no Relatório de consulta pública constante do processo de alteração regulamentar.

Após ponderação dos resultados da discussão pública, foi elaborada uma versão final consolidada do Regulamento, que se junta, fazendo parte integrante da proposta.


5 - Assim sendo, se o Sr. Presidente assim o entender, a presente Proposta deverá ser remetida ao Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal.

A Responsável pela direção do procedimento,



Ana Bernardo

DNCSF
Remete ao Sr. Presidente.
Concordo com a informação
do Sr. Almeida Bernardo. Como
o Sr. Presidente concorda,
poderei remeter o processo
para a aprovação do Executivo
Municipal, para posterior
aprovação pela Assembleia
Municipal.

8/4/2019 

PARTE E**INTERVENÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS****TÍTULO I****HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****CAPÍTULO I****Disposições Gerais****Artigo E-1/1.º****Objeto**

A fixação dos períodos de abertura e funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços situados no Município rege-se pelo disposto no presente Título.

Artigo E-1/2.º**Períodos de encerramento**

1. Durante os períodos de funcionamento fixados no presente Título os estabelecimentos podem encerrar para o almoço e/ou jantar.
2. As disposições constantes deste Título não prejudicam as disposições legais relativas à duração diária e semanal do trabalho, regime de turnos e horários de trabalho, descanso semanal e remunerações devidas, nos termos da legislação laboral e contratos coletivos e individuais de trabalho em vigor.

Artigo E-1/3.º**Elementos a afixar no exterior do estabelecimento**

1. Em cada estabelecimento devem estar afixados, em local bem visível do exterior, os seguintes elementos:
 - a) mapa de horário de funcionamento;
 - b) alvará de autorização de utilização;
 - c) lotação máxima do estabelecimento;

Artigo E-1/5.º**Regime de funcionamento**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo E-1/11.º, por razões de segurança e da qualidade de vida dos cidadãos, os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, consoante o grupo em que estejam incluídos, podem funcionar dentro dos seguintes limites horários:

1.1 - 1.º Grupo: Entre as 06h00 e as 24h00, todos os dias da semana;

1.2 - 2.º Grupo: Entre as 06h00 e as 24h00, durante a semana e até às 02h00, às sextas, sábados e vésperas de feriado, bem como todos os dias, no período compreendido entre junho a setembro;

1.3 - 3.º Grupo: Entre as 09h00 e as 02h00 todos os dias da semana e até às 04h00, às sextas, sábados e vésperas de feriado;

1.4 - 4.º Grupo: possibilidade de funcionamento 24 horas, todos os dias da semana.

2. Os estabelecimentos de lavagem automática de veículos, ainda que em regime de self-service, podem funcionar 24 horas por dia, se situados em zonas industriais ou com uso misto comercial/indústria. Nos restantes casos, só podem funcionar das 8h às 22 horas.

3. Os estabelecimentos de *vending* podem funcionar 24 horas, todos os dias da semana.

4. A prática dos horários constantes do n.º 1 não pode perturbar a segurança, tranquilidade e repouso dos cidadãos, nem desrespeitar as características socioeconómicas e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

Artigo E-1/6.º**Colunas e equipamentos de som**

1. Salvo casos excecionais devidamente fundamentados e autorizados, no sentido de preservar a qualidade do ambiente urbano e a tranquilidade dos moradores, não é permitida a instalação de colunas e demais equipamentos de som, no exterior do estabelecimento ou nas respetivas fachadas, assim como de quaisquer emissores, amplificadores e outros aparelhos sonoros que projetem som para as vias e demais lugares públicos.

2. Independentemente da autorização concedida, as disposições constantes do Regulamento Geral do Ruído deverão ser sempre respeitadas.

3. Sempre que decorra qualquer atividade ruidosa permanente ou temporária no interior de um estabelecimento, as portas e janelas devem encontrar-se encerradas.

5. Os limites de emissão sonora definidos no momento da calibração e selagem do limitador-sonoro não podem ser ultrapassados, considerando-se que colocam em perigo a saúde pública as situações em que:

- i. durante uma jornada diária de funcionamento se verifique pelo menos um episódio de violação contínua do limite de emissão calibrado, por níveis de emissão superiores em 10 dB(A), durante um período superior a 15 minutos;
- ii. durante uma jornada diária de funcionamento, se verifique pelo menos um episódio de violação contínua do limite de emissão calibrado, por níveis de emissão superiores em 5 dB(A), durante um período superior a 30 minutos;
- iii. se verifique, através de ação de fiscalização ou por qualquer outra forma, que o limitador-registador de potência sonora está danificado, devido a sabotagem ou por facto objetivamente imputável ao titular da exploração do estabelecimento ou a quem dele dependa, nomeadamente:
 - a) pela instalação de outras aparelhagens ou fontes paralelas, ainda que acústicas, não presentes no momento da selagem;
 - b) pela alteração do sistema de ligações ao limitador-registador de potência sonora existente no momento da selagem;
 - c) por violação do selo municipal;
 - d) por tentativa de abafamento do sensor;
 - e) por desconexão da rede elétrica do limitador durante o horário de funcionamento do estabelecimento.

6. O comprovativo da aquisição e instalação do limitador-registador de potência sonora deverá ser afixado em local visível do exterior do estabelecimento, junto com os demais elementos elencados no artigo E-1/3.º.

Artigo E-1/8.º

Horário de funcionamento das esplanadas

1. As esplanadas podem funcionar até às 00h00 todos os dias da semana, exceto no período compreendido entre o dia 1 de junho a 30 de setembro, em que poderão funcionar até às 02h00, às sextas, sábados e vésperas de feriado, desde que inseridas em estabelecimento que permita a prática deste horário.

4. A prática do horário alargado não pode perturbar a segurança, tranquilidade e repouso dos cidadãos, nem desrespeitar as características socioeconómicas e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

5. O mobiliário que integra as esplanadas deve ser removido, para o interior do estabelecimento, até 30 minutos após o termo do horário de funcionamento.

6. Salvo autorização expressa do Município é proibida a colocação de balcões no exterior dos estabelecimentos.

Artigo E-1/12.º

Abastecimento e permanência nos estabelecimentos

1. É permitida a abertura, antes ou depois do horário normal de funcionamento, para fins exclusivos e comprovados de abastecimento do estabelecimento.

2. É equiparada ao funcionamento para além do horário, a permanência de pessoas nos estabelecimentos, para além do responsável pela exploração e seus trabalhadores, enquanto realizam trabalhos de limpeza, manutenção e fecho de caixa.

CAPÍTULO III

Do alargamento e da restrição

Artigo E-1/13.º

Audição Prévia

1. Para salvaguarda da segurança e qualidade de vida dos munícipes, o alargamento e a restrição dos períodos de abertura e funcionamento dos estabelecimentos, previstos neste Título, impõe a audição das seguintes entidades:

- a) Sindicatos
- b) Forças de segurança territorialmente competentes;
- c) Associações de consumidores;
- d) Associações de empregadores;
- e) Junta de freguesia onde o estabelecimento se situa.

2. Para os efeitos previstos no número anterior, as entidades devem enviar o seu parecer no prazo de 10 dias úteis, sob pena de ser presumida a sua não oposição.

devidamente justificados e que se prendam com razões de proteção do interesse público, designadamente, a proteção de valores ambientais, segurança e/ou qualidade de vida dos munícipes.

2. A restrição dos horários de funcionamento pode abranger um ou vários estabelecimentos, ou áreas concretamente delimitadas e compreender todas as épocas do ano ou apenas épocas determinadas, bem como abranger apenas as respetivas esplanadas, e implica, nos casos de restrição definitiva, a audição das entidades referidas no artigo E-1/13.º.

3. A restrição de horários deverá ser proporcional e equilibrada, atendendo aos motivos determinantes da restrição, aos interesses dos consumidores e das atividades económicas envolvidas.

4. Nas situações em que existam indícios fundados de perturbação da tranquilidade pública ou estejam em causa o direito à tranquilidade e repouso dos cidadãos, o Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada aplica a medida de restrição provisória de horários de funcionamento, sem prejuízo da tramitação do procedimento com vista à restrição definitiva.

5. O disposto no número anterior não prejudica a possibilidade de dispensar a observância dos procedimentos previstos nos números anteriores, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo, a aplicação de medidas de natureza sancionatória previstas na lei, nem a intervenção das entidades fiscalizadoras com vista à cessação da atividade do estabelecimento, quando estejam a laborar em incumprimento do horário estabelecido.

Artigo E-1/16.º

Medidas cautelares

Sem prejuízo das contraordenações aplicáveis ao presente Título e demais legislação aplicável, o incumprimento das regras de funcionamento dos estabelecimentos previstas nos artigos E-1/6.º e E-1/7.º determina a adoção imediata de uma das seguintes medidas cautelares, nos termos do disposto no artigo 27.º do Regulamento Geral do Ruído:

- a) a suspensão da atividade do estabelecimento;
- b) o encerramento preventivo do estabelecimento;
- c) a apreensão do equipamento por determinado período de tempo;

- g) O exercício de qualquer atividade ruidosa no interior do estabelecimento sem que as portas e janelas se encontrem encerradas;
- h) A violação da ordem de restrição provisória, determinada nos termos do disposto no n.º 4, do artigo E-1/15.º.

2 – A violação do disposto na alínea a) e g) do número anterior é punível com coima de € 150,00 a € 450,00, para pessoas singulares, e de € 450,00 a € 1 500,00 para pessoas coletivas.

3 - A violação do disposto nas alíneas b), c), d), e), f) e h) do número anterior, é punível com coima de € 250,00 a € 3 740,00, para pessoas singulares e de € 2 500,00 a € 25 000,00, para pessoas coletivas.

4 – Quando a infração prevista na alínea b) do número anterior respeitar à violação de requisitos fixados para o alargamento de horários em eventos municipais será determinada a sanção acessória de proibição de alargamento de horário, no evento municipal imediatamente posterior.

ANEXO I

Requisitos Técnicos dos Limitadores de Potência Sonora

Um Limitador de potência sonora é um dispositivo que pode ser programado e calibrado para atuar sobre sistemas de reprodução/amplificação sonora e/ou audiovisual, de modo a garantir que os níveis sonoros na emissão (no interior da atividade potencialmente ruidosa) e na receção (habitação mais exposta) ou ainda no exterior da atividade (i.e. música ao vivo) - independentemente da fonte geradora de ruído - não ultrapassem os limites estabelecidos pelo Município.

Além da função de limitação sonora, desempenham ainda uma função igualmente importante que é a de registarem os níveis de ruído efetivamente percebidos num determinado local, apresentando sistemas de blindagem contra tentativas de manipulação fraudulenta dos mesmos.

Requisitos técnicos obrigatórios que os equipamentos a adquirir e instalar devem cumprir cumulativamente para poderem ser validados pelo Município:

1. Atuação pelo nível sonoro, de forma a controlar os níveis estabelecidos pelo Município;
2. Permitir a programação dos limites de emissão no interior da atividade para os diferentes períodos/ horários (dia/noite);
3. Dispor de um microfone externo para recolha dos valores de nível sonoro dentro do local de emissão que se pretende controlar;
4. O dispositivo referido na alínea anterior deverá possibilitar a devida calibração com o equipamento de aparelho emissor de som (com ou sem amplificação) e/ou mesa de mistura, tendo em vista detetar eventuais manipulações;
5. Permitir programar níveis de limitação para diferentes horários de emissão sonora (garantindo o cumprimento dos horários autorizados pelo Município) e para diferentes dias da semana (com diferentes horas de início e fim), bem como introduzir plataformas horárias de exceção para determinados eventos;
6. Deve permitir a correção automática de excessos do nível musical de pelo menos 40 dB, bem como a possibilidade introduzir penalizações através de atenuações restritivas durante um intervalo de tempo programável;

7. O acesso à programação destes parâmetros deve estar restringido aos Técnicos Municipais autorizados, com sistemas de proteção mecânicos ou eletrônicos (password);

8. Possibilidade de registrar e armazenar em suporte físico estável os níveis sonoros emitidos no interior do estabelecimento;

9. O equipamento deve arquivar e guardar um historial onde figure o ano, o mês, o dia e a hora em que se realizaram as últimas programações;

10. Dispor de um sistema de verificação que permita detetar possíveis tentativas de manipulação do equipamento de música ou do equipamento limitador que, a ocorrerem, deverão ficar armazenadas na memória interna do equipamento;

11. Dispor de sistema de selagem das ligações e do microfone;

12. Possibilidade de detetar outras fontes que possam funcionar paralelamente ao equipamento ou equipamentos alvo de limitação, bem como detetar possíveis tentativas de 'abafamento' do microfone;

13. Deve ainda permitir o armazenamento dos episódios de tentativas de manipulação ocorridas com uma periodicidade programável não inferior a 5 minutos, até ao limite não inferior de um mês;

14. Dispor de um sistema que impeça a reprodução musical e/ou audiovisual, no caso do equipamento limitador ser desligado inadvertidamente ou voluntariamente da rede elétrica e/ou seja desligado o microfone de controlo;

15. Dispor de um sistema de acesso ao armazenamento dos registos em formato digital por parte dos Serviços Técnicos Municipais ou de empresas devidamente acreditadas pelo Município, que permita o seu descarregamento expedito para suporte a ações fiscalizadoras de deteção de excedências dos limites estabelecidos pelo Município;

16. Possibilidade de associar ao limitador um visor luminoso externo que permita ao operador da mesa de mistura, observar em tempo real, o nível sonoro;

17. Dispor de mecanismo com capacidade de enviar automaticamente e por via telemática ao Município, os dados armazenados e, a partir de posto de controlo dos serviços municipais, poder monitorizar e alterar em tempo real os horários e o nível acústico permitido, também por via telemática;

18. O equipamento deve ainda permitir a ligação de um modem, para cartão SIM ou adaptador para linha ADSL, para a transmissão dos dados armazenados;

20. O proprietário do equipamento limitador ou responsável pela atividade potencialmente ruidosa terá a seu cargo todos os gastos do envio dos dados registados para o Município.

ANEXO I

REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA
<p>Artigo E-1/3.º Mapa de Horário</p> <p>1 - Em cada estabelecimento deve estar afixado o mapa de horário de funcionamento, em local bem visível do exterior.</p> <p>2 - Para os conjuntos de estabelecimentos instalados num único edifício, que pratiquem o mesmo horário de funcionamento, deve ser afixado um mapa de horário de funcionamento em local bem visível do exterior.</p> <p>3 - A definição do horário de funcionamento de cada estabelecimento ou de conjunto de estabelecimentos instalados no mesmo edifício, as suas alterações e o mapa referido no número anterior não estão sujeitos a qualquer formalidade ou procedimento, sem prejuízo de serem ouvidas as entidades representativas dos trabalhadores, nos termos da lei.</p>	<p>Artigo E-1/3.º Elementos a afixar no exterior do estabelecimento</p> <p>1 - Em cada estabelecimento devem estar afixados, em local bem visível do exterior, os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) mapa de horário de funcionamento; b) alvará de autorização de utilização; c) lotação máxima do estabelecimento; d) informação relativa ao limitador-registador de potência sonora e respetiva data de selagem, quando aplicável; e) título da ocupação de espaço público, quando houver esplanada e horário de funcionamento da mesma. <p>2 - Em todos os estabelecimentos situados em zonas ou arruamentos habitacionais deverá, também, ser afixado um cartaz, com as dimensões mínimas de 30 cm x 30 cm, em local bem visível do exterior, onde esteja inscrita a seguinte mensagem: "Zona Habitacional – Silêncio no exterior, por favor."</p> <p>3 - A definição do horário de funcionamento de cada estabelecimento ou de conjunto de estabelecimentos instalados no mesmo edifício, desde que se confinem aos limites fixados no Artigo E-1/5.º, bem como as suas alterações e o mapa referido no número anterior, não estão sujeitos a qualquer formalidade ou procedimento, sem prejuízo de serem ouvidas as entidades representativas dos trabalhadores, nos termos da lei.</p>

REDAÇÃO ANTERIOR	REDAÇÃO PROPOSTA
<p align="center">Artigo E-1/4.º</p> <p align="center">Grupos de estabelecimentos</p> <p>1 - Para efeitos de fixação dos respetivos períodos de funcionamento e abertura, os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços classificam-se em quatro grupos:</p> <p>1.1.1.º Grupo: Estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, que não se incluam nos restantes grupos;</p> <p>1.2.2.º Grupo: cafés, pastelarias/confeitarias, casas de chá, cervejarias e similares, snack-bares, self-services, casas de pasto e restaurantes;</p> <p>1.3.3.º Grupo: bares, pubs, cabarés, e estabelecimentos análogos;</p> <p>1.4.4.º Grupo: discotecas, boîtes, lojas de conveniência ou vending, recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos.</p>	<p align="center">Artigo E-1/4.º</p> <p align="center">Grupos de estabelecimentos</p> <p>1 - Para efeitos de fixação dos respetivos períodos de funcionamento e abertura, os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços classificam-se em quatro grupos:</p> <p>1.1 <u>1.º Grupo</u>: Estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, que não se incluam nos restantes grupos;</p> <p>1.2 <u>2.º Grupo</u>: cafés, pastelarias/confeitarias, casas de chá, cervejarias e similares, snack-bares, self-services, casas de pasto e restaurantes;</p> <p>1.3 <u>3.º Grupo</u>: bares, pubs, cabarés e estabelecimentos análogos;</p> <p>1.4 <u>4.º Grupo</u>: discotecas, boîtes, lojas de conveniência ou vending, recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos.</p> <p>2 – Caso os estabelecimentos se enquadrem em mais de um Grupo, a inclusão dos mesmos no grupo respetivo é efetuada atendendo à atividade principal declarada para o estabelecimento, através do CAE indicado.</p>
<p align="center">Artigo E-1/5.º</p> <p align="center">Regime de funcionamento</p> <p>1 - Sem prejuízo do disposto no artigo E-1/10.º, por razões de segurança e da qualidade de vida dos cidadãos, os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, consoante o grupo em que estejam incluídos, podem funcionar dentro dos seguintes limites horários:</p> <p>1.1- <u>1.º Grupo</u>: Entre as 06h00 e as 24h00, todos os dias da semana;</p> <p>1.2 - <u>2.º Grupo</u>: Entre as 06h00 e as 24h00, durante a semana e até às 02h00, às sextas, sábados e vésperas de feriado;</p>	<p align="center">Artigo E-1/5.º</p> <p align="center">Regime de funcionamento</p> <p>1 - Sem prejuízo do disposto no artigo E-1/11.º, por razões de segurança e da qualidade de vida dos cidadãos, os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, consoante o grupo em que estejam incluídos, podem funcionar dentro dos seguintes limites horários:</p> <p>1.1- <u>1.º Grupo</u>: Entre as 06h00 e as 24h00, todos os dias da semana;</p> <p>1.2 - <u>2.º Grupo</u>: Entre as 06h00 e as 24h00, durante a semana e até às 02h00, às sextas, sábados e vésperas de feriado, bem como todos os dias, no período compreendido entre junho a setembro;</p> <p>1.3 - <u>3.º Grupo</u>: Entre as 09h00 e as 02h00 todos os dias da semana e até às 04h00, às sextas, sábados e vésperas de feriado;</p>

1.3 - **3.º Grupo:** Entre as 15h00 e as 02h00 todos os dias da semana e até às 04h00, às sextas, sábados e vésperas de feriado;

1.4- **4.º Grupo:** possibilidade de funcionamento 24 horas, todos os dias da semana.

2- Os estabelecimentos de lavagem automática de veículos, ainda que em regime de self-service, podem funcionar 24 horas por dia, se situados em zonas industriais ou com uso misto comercial/indústria. Nos restantes casos, só podem funcionar das 8h às 22 horas.

Artigo E-1/6.º

Colunas e equipamentos de som

No sentido de preservar a qualidade do ambiente urbano e a tranquilidade dos moradores, não é permitida a instalação de colunas e demais equipamentos de som, no exterior do estabelecimento ou nas respetivas fachadas, assim como de quaisquer emissores, amplificadores e outros aparelhos sonoros que projetem som para as vias e demais lugares públicos.

1.4- **4.º Grupo:** possibilidade de funcionamento 24 horas, todos os dias da semana.

2- Os estabelecimentos de lavagem automática de veículos, ainda que em regime de self-service, podem funcionar 24 horas por dia, se situados em zonas industriais ou com uso misto comercial/indústria. Nos restantes casos, só podem funcionar das 8h às 22 horas.

3 – Os estabelecimentos de vending podem funcionar 24 horas, todos os dias da semana.

4 - A prática dos horários constantes do n.º 1 não pode perturbar a segurança, tranquilidade e repouso dos cidadãos, nem desrespeitar as características socioeconómicas e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

Artigo E-1/6.º

Colunas e equipamentos de som

1 - Salvo casos excecionais devidamente fundamentados e autorizados, no sentido de preservar a qualidade do ambiente urbano e a tranquilidade dos moradores, não é permitida a instalação de colunas e demais equipamentos de som, no exterior do estabelecimento, nas respetivas fachadas ou nos logradouros, assim como de quaisquer emissores, amplificadores e outros aparelhos sonoros que projetem som para as vias e demais lugares públicos.

2 – Independentemente da autorização concedida, as disposições constantes do regulamento geral do ruído deverão ser sempre respeitadas.

3 - Sempre que decorra qualquer atividade ruidosa permanente ou temporária no interior de um estabelecimento, as portas e janelas devem encontrar-se encerradas, mesmo as que dão acesso aos logradouros.

4 – Nos eventos de iniciativa municipal, designadamente “Braga Romana”, “S. João”, “Noite Branca” ou “Braga Natal”, poderão ser instaladas colunas e equipamentos de som no exterior dos estabelecimentos, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal.

Novo Artigo E-1/7.º (Aditado)

Limitador-registador de potência sonora

1. Em todos os estabelecimentos situados em edifícios habitacionais, que disponham de música ao vivo (acústica ou amplificada), de aparelho emissor de som (com ou sem amplificação) e/ou mesa de mistura, após as 20h00, é obrigatória a instalação do limitador-registador de potência sonora, devidamente calibrado e selado.

2. Também nos casos em que existam queixas reiteradas de ruído e indícios fundados de perturbação da tranquilidade pública e se verifiquem incomodidades que fundadamente ponham em causa o direito à tranquilidade e repouso dos cidadãos, o funcionamento dos estabelecimentos que disponham de música ao vivo (acústica ou amplificada), de aparelho emissor de som (com ou sem amplificação) e/ou mesa de mistura, após as 20h00, está sujeito à aquisição e instalação no estabelecimento de um limitador-registador de potência sonora, devidamente calibrado e selado.

3. O limitador-registador de potência sonora deve cumprir os requisitos técnicos e o procedimento constantes do anexo ao presente Título.

4. Os limites de emissão sonora definidos no momento da calibração e selagem do limitador-sonoro não podem ser ultrapassados, considerando-se que colocam em perigo a saúde pública as situações em que:

i. durante uma jornada diária de funcionamento se verifique pelo menos um episódio de violação contínua do limite de emissão calibrado, por níveis de emissão superiores em 10 dB(A), durante um período superior a 15 minutos;

ii. durante uma jornada diária de funcionamento, se verifique pelo menos um episódio de violação contínua do limite de emissão calibrado, por níveis de emissão superiores em 5 dB(A), durante um período superior a 30 minutos;

iii. se verifique, através de ação de fiscalização ou por qualquer outra forma, que o limitador-registador de potência sonora está danificado, devido a sabotagem ou por facto objetivamente imputável ao titular da exploração do estabelecimento ou a quem dele dependa, nomeadamente:

- a) pela instalação de outras aparelhagens ou fontes paralelas, ainda que acústicas, não presentes no momento da selagem;
- b) pela alteração do sistema de ligações ao limitador-registador de potência sonora existente no momento da selagem;
- c) por violação do selo municipal;
- d) por tentativa de abafamento do sensor;

e) por desconexão da rede elétrica do limitador durante o horário de funcionamento do estabelecimento.

5. O comprovativo da aquisição e instalação do limitador-registador de potência sonora deverá ser afixado em local visível do exterior do estabelecimento, junto com os demais elementos elencados no artigo E-1/3.º.

Artigo E-1/7.º

Horário de funcionamento das esplanadas

1- Por razões de tranquilidade e salvaguarda da qualidade de vida dos cidadãos, as esplanadas podem funcionar até às 24 horas.

2 - A Câmara Municipal de Braga pode alargar ou restringir o limite fixado no número anterior, preenchidos que sejam os requisitos previstos nos artigos E-1/13º e E-1/14º.

Artigo E-1/8.º

Mercados Municipais

Os estabelecimentos localizados nos mercados municipais com comunicação direta e autónoma para o exterior podem optar pelo horário de funcionamento do mercado ou pelo horário do grupo a que pertencem.

Artigo E-1/9.º

Estabelecimentos mistos

1 - Os estabelecimentos onde sejam exercidas atividades devidamente autorizadas, a que correspondam horários diferentes, ficam sujeitos a um único horário de funcionamento, em função da atividade dominante.

2 - Considera-se atividade dominante a que ocupa a maior área.

Artigo E-1/10.º

Estabelecimentos situados em edifícios de habitação

1 - Os estabelecimentos situados em edifícios de habitação, individual ou coletiva, apenas podem adotar o horário de

Artigo E-1/8.º

Horário de funcionamento das esplanadas

1- As esplanadas podem funcionar até às 00h00 todos os dias da semana, exceto entre o período compreendido entre o dia 1 de junho a 30 de setembro, em que poderão funcionar até às 02h00, às sextas, sábados e vésperas de feriado, desde que inseridas em estabelecimento que permita a prática deste horário.

2 - Por razões de tranquilidade e de salvaguarda da qualidade de vida dos cidadãos, a Câmara Municipal pode restringir o limite fixado no número anterior, nos termos definidos no artigo E-1/15º.

Artigo E-1/9.º

Mercados Municipais

(...)

Artigo E-1/10.º

Estabelecimentos mistos

1 - Os estabelecimentos onde sejam exercidas atividades devidamente autorizadas, a que correspondam horários diferentes, ficam sujeitos a um único horário de funcionamento, em função da atividade dominante.

2 - Considera-se atividade dominante a declarada através do CAE indicado, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo E-1/4.º.

Artigo E-1/11.º

Estabelecimentos situados em edifícios de habitação

1 - (...)

2 - A título excecional, admite-se a prática dos horários regularmente fixados no artigo E-1/5.º, n.º 1, para cada grupo de estabelecimentos, desde que, o explorador do estabelecimento em causa obtenha o prévio



funcionamento entre as 8 horas e as 24 horas.

2 – A título excecional, admite-se a prática dos horários regularmente fixados no artigo E-1/5.º, n.º 1, para cada grupo de estabelecimentos, desde que, o explorador do estabelecimento em causa, obtenha o prévio consentimento dos ocupantes do edifício habitacional em que se integra o estabelecimento.

3 – O consentimento dos ocupantes deverá constar de declaração escrita assinada pelos próprios, na posse do explorador do estabelecimento, interessado na prática do regime de horário excecional.

consentimento de maioria de 2/3 dos moradores do edifício habitacional em que se integra o estabelecimento.

3 – O consentimento dos moradores deverá constar de declaração escrita assinada pelos próprios, com a indicação do respetivo número do cartão do cidadão, na posse do explorador do estabelecimento, interessado na prática do regime de horário excecional.

4 – A prática do horário alargado não pode perturbar a segurança, tranquilidade e repouso dos cidadãos, nem desrespeitar as características socioeconómicas e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

5 – O mobiliário que integra as esplanadas deve ser removido, para o interior do estabelecimento, até 30 minutos após o termo do horário de funcionamento.

6 – Salvo autorização expressa do Município, é proibida a colocação de balcões no exterior dos estabelecimentos.

Artigo E-1/11.º

Abastecimento e permanência nos estabelecimentos

1 – É permitida a abertura, antes ou depois do horário normal de funcionamento, para fins exclusivos e comprovados de abastecimento do estabelecimento.

2 – É equiparada ao funcionamento para além do horário a permanência nos estabelecimentos, para além do responsável pela exploração e seus trabalhadores, enquanto realizam trabalhos de limpeza, manutenção e fecho de caixa.

Artigo E-1/12.º

Abastecimento e permanência nos estabelecimentos

1 – (...)

2 – É equiparada ao funcionamento para além do horário, a permanência de pessoas nos estabelecimentos, para além do responsável pela exploração e seus trabalhadores, enquanto realizam trabalhos de limpeza, manutenção e fecho de caixa.

Capítulo III

Do alargamento e da restrição

CAPÍTULO III

Do alargamento e da restrição

Artigo E-1/12.º

Audição Prévia

Sem prejuízo do disposto no artigo E-1/10.º, relativamente aos estabelecimentos situados em edifícios de habitação, para salvaguarda da segurança e qualidade de vida dos munícipes, o alargamento e a restrição dos períodos de abertura e funcionamento dos estabelecimentos, previstos neste Título, impõe a audição das seguintes entidades:

Artigo E-1/13.º

Audição Prévia

1 - Para salvaguarda da segurança e qualidade de vida dos munícipes, o alargamento e a restrição dos períodos de abertura e funcionamento dos estabelecimentos, previstos neste Título, impõe a audição das seguintes entidades:

- f) Sindicatos
- g) Forças de segurança territorialmente competentes;
- h) Associações de consumidores;
- i) Associações de empregadores;

- a) Sindicatos
- b) Forças de segurança territorialmente competentes;
- c) Associações de consumidores;
- d) Associações de empregadores;
- e) Junta de freguesia onde o estabelecimento se situa.

Artigo E-1/13.º

Alargamento

1 - A câmara municipal pode alargar os limites fixados nos artigos E-1/5.º e E-1/7.º do presente Título, a requerimento do proprietário/explorador do estabelecimento, devidamente fundamentado, a vigorar em todas as épocas do ano ou apenas em épocas determinadas, desde que se observem, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Situem-se os estabelecimentos em locais em que os interesses de atividades profissionais, designadamente ligadas ao turismo, o justifiquem;
- b) Não afetem a segurança, a tranquilidade e o repouso dos cidadãos residentes;
- c) Não desrespeitem as características socioculturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

2 - O alargamento dos horários terá em conta os interesses dos consumidores, as necessidades de oferta turística e novas formas de animação e revitalização da área territorial do Município.

3 - Em circunstâncias específicas, nomeadamente em ocasiões festivas, pode o presidente da câmara municipal, ou o vereador com competências delegadas para o efeito, autorizar o alargamento do horário de funcionamento de estabelecimentos, sem prévia audição das entidades referidas no artigo E-1/12.º, mediante requerimento escrito apresentado pelos interessados, com pelo menos cinco dias de antecedência, do qual deve constar o período de funcionamento

- j) Junta de freguesia onde o estabelecimento se situa.

2 - Para os efeitos previstos no número anterior, as entidades devem enviar o seu parecer no prazo de 10 dias úteis, sob pena de ser presumida a sua não oposição.

Artigo E-1/14.º

Alargamento

1 - A câmara municipal pode alargar os limites fixados nos artigos E-1/5.º e E-1/8.º do presente Título, a requerimento do proprietário/explorador do estabelecimento, devidamente fundamentado, a vigorar em todas as épocas do ano ou apenas em épocas determinadas, desde que se observem, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Situem-se os estabelecimentos em locais em que os interesses de atividades profissionais, designadamente ligadas ao turismo, o justifiquem;
- b) Não afetem a segurança, a tranquilidade e o repouso dos cidadãos residentes;
- c) Não desrespeitem as características socioculturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

2 - (...)

3 - Em circunstâncias específicas, nomeadamente em ocasiões festivas, pode o presidente da câmara municipal, ou o vereador com competência delegada para o efeito, autorizar o alargamento do horário de funcionamento de estabelecimentos e das esplanadas, sem prévia audição das entidades referidas no artigo E-1/13.º, mediante requerimento escrito apresentado pelos interessados, com pelo menos cinco dias de antecedência, do qual deve constar o período de funcionamento pretendido e os fundamentos dessa pretensão.

4 - Nos eventos municipais, mediante notificação via edital, com a antecedência mínima de dez dias úteis, o alargamento referido no número anterior, pode ficar condicionado ao cumprimento de requisitos reputados como essenciais pela respetiva organização.

pretendido e os fundamentos dessa pretensão.

Artigo E-1/14.º

Restrição

- 1 – A câmara municipal pode restringir os períodos de funcionamento dos estabelecimentos, a vigorar em todas as épocas do ano, ou apenas em épocas determinadas, em casos devidamente justificados e que se prendam com razões de proteção do interesse público, designadamente, a proteção de valores ambientais, segurança e/ou qualidade de vida dos munícipes.
- 2 – A restrição dos horários de funcionamento poderá ainda verificar-se, sempre que o requerente/interessado na restrição, comprove que existe violação da legislação do ruído em vigor, designadamente mediante a apresentação de relatório de medição acústica, elaborado por empresa acreditada.
- 3 – A restrição de horários deverá ser proporcional e equilibrada, atendendo aos motivos determinantes da restrição, aos interesses dos consumidores e das atividades económicas envolvidas.

Artigo E-1/15.º

Restrição provisória e definitiva

- 1 – A câmara municipal, mediante iniciativa própria ou em resultado do exercício do direito de petição dos administrados ou da junta de freguesia territorialmente competente, pode proceder à restrição dos horários de funcionamento fixados no presente Título, em casos devidamente justificados e que se prendam com razões de proteção do interesse público, designadamente, a proteção de valores ambientais, segurança e/ou qualidade de vida dos munícipes.
- 2 – A restrição dos horários de funcionamento pode abranger um ou vários estabelecimentos, ou áreas concretamente delimitadas e compreender todas as épocas do ano ou apenas épocas determinadas, bem como abranger apenas as respetivas esplanadas, e implica, nos casos de restrição definitiva, a audição das entidades referidas no artigo E-1/13.º.
- 3 – (...)
- 4 – Nas situações em que existam indícios fundados de perturbação da tranquilidade pública ou estejam em causa o direito à tranquilidade e repouso dos cidadãos, o Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada aplica a medida de restrição provisória de horários de funcionamento, sem prejuízo da tramitação do procedimento com vista à restrição definitiva.
- 5 – O disposto no número anterior não prejudica a possibilidade de dispensar a observância dos procedimentos previstos nos números anteriores, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo, a aplicação de medidas de natureza sancionatória previstas na lei, nem intervenção das entidades fiscalizadoras com vista à cessação da atividade do estabelecimento, quando estejam a laborar em incumprimento do horário estabelecido.

Artigo E-1/16.º

Medidas cautelares (Aditado)

Sem prejuízo das contraordenações aplicáveis ao presente Título e demais legislação aplicável, o incumprimento das regras de funcionamento dos estabelecimentos previstas nos artigos E-1/5.º, E-1/6.º, E-1/7.º e E-1/8.º, determina a adoção imediata de uma das seguintes medidas cautelares, nos termos e

	<p>condições previstas no artigo 27.º do Regulamento Geral do Ruído:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) a suspensão da atividade do estabelecimento; b) o encerramento preventivo do estabelecimento; c) a apreensão do equipamento por determinado período de tempo; d) a redução do horário de funcionamento nos termos previstos no n.º 4 do artigo E-1/15.º. <p style="text-align: center;">Artigo E-1/17.º Estabelecimentos existentes (Aditado)</p> <p>O disposto no presente Título aplica-se aos estabelecimentos em funcionamento à data da sua entrada em vigor.</p>
<p style="text-align: center;">PARTE I FISCALIZAÇÃO E SANCIONAMENTO DE INFRAÇÕES (...) SECÇÃO V INTERVENÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS</p> <p style="text-align: center;">Subsecção I Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços</p> <p style="text-align: center;">Artigo I/33.º Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços</p> <p>1 - O funcionamento dos estabelecimentos fora dos horários previstos no Título E1 constitui contraordenação, nos termos do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, alterado pelo DL n.º 10/2015, de 16 de janeiro, nos seguintes termos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A falta da afixação do mapa de horário de funcionamento em local bem visível do exterior é punível com coima de € 150,00 a € 450,00, para pessoas singulares, e de € 450,00 a € 1 500,00 para pessoas coletivas; 	<p style="text-align: center;">PARTE I FISCALIZAÇÃO E SANCIONAMENTO DE INFRAÇÕES (...) SECÇÃO V INTERVENÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS</p> <p style="text-align: center;">Subsecção I Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços</p> <p style="text-align: center;">Artigo I/33.º Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços</p> <p>1 – Constitui contraordenação punível com coima o funcionamento dos estabelecimentos em violação ao disposto no Título E1, nos seguintes termos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A falta da afixação do mapa de horário de funcionamento, bem como dos demais elementos exigidos no Título E1, em local bem visível do exterior; b) O funcionamento do estabelecimento e/ou da esplanada fora do horário estabelecido nos termos do Título E1; c) O funcionamento do estabelecimento sem que disponha do limitador-registador de potência sonora de som, nos casos em que este é exigível;



- b) O funcionamento do estabelecimento fora do horário estabelecido nos termos do Título E1, é punível com coima de € 250,00 a € 3 740,00, para pessoas singulares, e de € 2 500,00 a € 25 000,00, para pessoas coletivas.

2 – As autoridades de fiscalização (GNR, PSP, ASAE e Município) podem determinar o encerramento imediato do estabelecimento que se encontre a laborar fora do horário de funcionamento estabelecido.

- d) O funcionamento do equipamento referido na alínea anterior sem a correspondente calibração e selagem ou em violação das normas constantes do Anexo ao Título E-1;
- e) A violação dos limites de emissão sonora definidos no momento da calibração e selagem do limitador-sonoro;
- f) A instalação de colunas e demais equipamentos de som, no exterior do estabelecimento ou nas respetivas fachadas, assim como de quaisquer emissores, amplificadores e outros aparelhos sonoros que projetem som para as vias e demais lugares públicos, sem a necessária autorização;
- g) O exercício de qualquer atividade ruidosa no interior do estabelecimento sem que as portas e janelas se encontrem encerradas;
- h) A violação da ordem de restrição provisória, determinada nos termos do disposto no n.º 4, do artigo E-1/15.º.

2 – A violação do disposto na alínea a) e g) do número anterior é punível com coima de € 150,00 a € 450,00, para pessoas singulares, e de € 450,00 a € 1 500,00 para pessoas coletivas.

3 - A violação do disposto nas alíneas b), c), d), e), f) e h) do número anterior, é punível com coima de € 250,00 a € 3 740,00, para pessoas singulares e de € 2 500,00 a € 25 000,00, para pessoas coletivas.

4 – Quando a infração prevista na alínea b) do número anterior, respeitar à violação de requisitos fixados para o alargamento de horários em eventos municipais, será determinada a sanção acessória de proibição de alargamento de horário no evento municipal imediatamente posterior.

Relatório de Consulta Pública

Proposta de Alteração ao Código Regulamentar Parte E, Título I – Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços

I - Introdução

Nos termos previstos no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, submeteu-se o Projeto de Alteração ao Código Regulamentar Parte E, Título I – Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços, a **consulta pública**, para recolha de sugestões, procedendo-se, para esse efeito, à sua publicação na 2.ª Série do Diário da República e no site institucional do Município, pelo período de 30 dias úteis – **Aviso n.º 18927/2018, publicado no DR de 17/12/2018.**

O período de consulta pública decorreu de 17/12/2018 a 31/01/2019.

Findo o período de consulta pública verificou-se que foram apresentados dez contributos, constantes do processo:

1. Paulo Carneiro – Registo na MGD n.º 3364, de 17/01/2019;
2. António Carneiro - Registo na MGD n.º 3365, de 17/01/2019;
3. Afonso Matos - Registo na MGD n.º 3384, de 17/01/2019;
4. Píncel Dedal – Fátima Alexandra da Costa Gonçalves - Registo na MGD n.º 3368, de 17/01/2019;
5. Vânia Fernandes - Registo na MGD n.º 3394, de 17/01/2019;
6. Diogo Lemos - Registo na MGD n.º 3376, de 17/01/2019;
7. Antónia Machado Varela - Registo na MGD n.º 3379, de 17/01/2019;
8. Armindo Sampaio de Vasconcelos - Registo na MGD n.º 3629, de 18/01/2019;
9. Associação Poder Viver na Sé (APVS) - Registo na MGD n.º 3374, de 17/01/2019;
10. Associação Comercial de Braga (ACB) - Registo na MGD n.º 4518.

Face ao elevado grau de participação nesta consulta e à nossa opção pela elaboração de um relatório conciso e orientado para as respostas às questões concretamente colocadas, agregam-se os contributos recebidos de modo a permitir a identificação das principais posições assumidas.

Não constitui, por isso, este relatório uma reprodução exaustiva do teor das respostas recebidas, pelo que a leitura do mesmo não dispensa a consulta dos contributos que lhe estão na origem e que se encontram disponíveis.

II – Análise dos contributos

De todas as entidades que apresentaram contributos apenas a Associação Poder Viver na Sé (APVS) e a Associação Comercial de Braga (ACB) propuseram alterações regulamentares concretas.

As restantes limitaram-se a contestar a alteração Regulamentar proposta, expressando a sua discordância, sem, no entanto, terem apresentado alternativas ao texto regulamentar proposto.

Analizam-se, de seguida, as sugestões da APVS e da ACB:

- Associação Poder Viver na Sé (APVS)

A APVS, associação de moradores da freguesia da Sé, considera ser este “um dos pontos mais afetados da cidade pelo ruído e pelos Bares na cidade de Braga”, veio expressar a sua discordância relativamente a alguns pontos da alteração regulamentar proposta, apoiando outros, apresentando contributos, ponto por ponto.

Apresentaremos aqui, apenas, os pontos discordantes, justificando a posição adotada pelo Município, relativamente a cada um deles.

1.º- A APVS afirma não terem sido ouvidos os moradores ou a associação, no procedimento de alteração regulamentar.

Tal afirmação não corresponde à verdade, uma vez que, no âmbito da audição prévia das entidades representativas dos interesses em causa, foram ouvidas diversas

entidades, de entre as quais, a APVS, conforme comprovam os emails e cartas constantes do processo físico e da aplicação documental MGD.

Aliás, a APVS apresentou contributos para este Regulamento mediante documento datado de 17/04/2017, conforme resulta do processo, tendo, inclusivamente, sido aproveitadas algumas das sugestões fornecidas para enriquecer a Proposta Regulamentar, nomeadamente relativamente aos cartazes a afixar a proibir o ruído fora dos estabelecimentos.

2.º - Artigo E-1/3.º: A APVS defende que o “título de ocupação do espaço público” relativo a esplanada, que faz parte dos elementos a afixar no exterior do estabelecimento deve mencionar a extensão e dimensão da mesma relativamente à via pública, uma vez que não deve ultrapassar a fachada do estabelecimento.

Ora, o título de ocupação do espaço público já menciona o espaço ocupado e quantas mesas de esplanada poderão ocupar esse espaço.

O cartaz também deve ser obrigatório nos logradouros que sejam frequentados pelos clientes dos bares.

Salvo o devido respeito, os logradouros interiores são espaços privados, dos estabelecimentos de bebidas, pelo que, a responsabilidade pelo ruído aí existente já poderá ser imputada aos proprietários/responsáveis pelos mesmos. Situação diversa é a do ruído reportado na via pública, no exterior dos estabelecimentos, que não poderá ser diretamente imputada aos estabelecimentos e já impõe uma fiscalização maior do Município.

3.º - Artigo E-1/5.º - Relativamente ao funcionamento das máquinas de vending 24 horas por dia, entendem ser *uma fonte de aglomeração de pessoas que produzem ruído por tempo indeterminado e que deveriam ser deslocadas para zonas não residenciais.*

Sendo certo que, a existência de máquinas de vending tem maior utilidade e razão de ser nas zonas de grandes aglomerados populacionais, designadamente, nas zonas residenciais, não pode descurar-se a importância do papel dos condomínios na aprovação da existência deste tipo de máquinas, nos edifícios habitacionais constituídos em regime de propriedade horizontal, que serão os casos mais frequentes. Caberá aos condóminos dos prédios constituídos em propriedade horizontal permitir, ou não, este tipo de utilização nas suas frações.

4.º - Artigo E-1/6.º - Instalação de colunas e demais equipamentos de som no exterior dos estabelecimentos – referem que a experiência comprovou que “*estes casos excepcionais*” foram sempre uma fonte de conflito e perturbação para os moradores.

A este respeito, importa salientar que a **regra geral** do Regulamento é a da proibição da instalação de colunas e equipamentos de som no exterior dos estabelecimentos ou nas fachadas, bem como de quaisquer emissores de som que projetem para a via pública. Pelo que, apenas se permite a instalação desses equipamentos, **a título excepcional**, com autorização do Município, em casos devidamente fundamentados.

5.º - Artigo E-1/7.º - Defende-se a obrigatoriedade da sujeição de todos os estabelecimentos situados próximo de zonas residenciais, com música ao vivo, de aparelho emissor de som e/ou mesa de mistura, após as 20h, a um aparelho limitador-registador de potência sonora.

Ponderado este contributo, o Município entendeu concretizar e clarificar as situações em que se exige a instalação do limitador de-registador, procedendo à alteração dos n.º 1 e 2 do artigo E-1/7.º,

Assim, optou-se por impor a instalação do limitador de potência sonora a todos os estabelecimentos que disponham de música ao vivo, de aparelho emissor de som e/ou mesa de mistura, após as 20h, situados em edifícios habitacionais – cfr. n.º 1.

Torna-se, também, obrigatória a instalação deste aparelho sempre que existam queixas reiteradas de ruído, indícios fundados de perturbação da tranquilidade pública

e se verifiquem incomodidades que fundadamente ponham em causa o direito à tranquilidade e repouso dos cidadãos.

6.º - Artigo E-1/8.º - Consideram ser um retrocesso o alargamento do horário das esplanadas até às 02:00h, às sextas, sábados e vésperas de feriado, no período compreendido entre 1 de junho a 30 de setembro.

Esta medida já vem sendo aplicada pelo Município, ano após ano, na época do Verão. Trata-se, aqui, apenas de passar para o Código Regulamentar, uma medida, apoiada e concertada com a Associação Comercial de Braga e os proprietários de estabelecimentos de restauração e bebidas, com o intuito de animar as noites da cidade, mormente, o centro histórico, na época de maior calor, em que os dias são maiores e mais convidativos a aproveitar o espaço público. O facto de se ter limitado a medida aos fins de semana e vésperas de feriado, e não a todos os dias da semana, demonstra que se tentou um equilíbrio entre os interesses em presença, dando-se também importância à questão do repouso e tranquilidade dos moradores.

Acresce que, esta medida apenas é aplicável a esplanadas inseridas em estabelecimento habilitado a este horário de funcionamento, excluindo-se, no geral, os estabelecimentos situados em edifícios habitacionais, que só poderão praticar horários mais alargados com o consentimento dos moradores do edifício em que se inserem.

7.º - Artigo E-1/11.º - Quanto à remoção do mobiliário das esplanadas antes do fecho do estabelecimento, não podemos concordar, visto que, fora do horário excecional que algumas esplanadas poderão praticar no período compreendido entre maio e setembro, a regra geral é a de que o funcionamento das esplanadas só é permitido até às 00h, ou seja, antes do encerramento do horário de laboração permitido para o estabelecimento. Pelo que, não faz sentido fazer depender o encerramento da esplanada do horário de encerramento do estabelecimento.

- Associação Comercial de Braga (ACB)

A ACB, não obstante concordar, de modo geral, com as alterações propostas, discorda de alguns pontos, que enumera, da forma infra exposta.

Tal como fizemos relativamente ao contributo anterior, apresentaremos apenas os pontos discordantes, justificando a posição adotada pelo Município, relativamente a cada um deles.

- Artigo E-1/3.º - Elementos a afixar no estabelecimento: Considera-se que o exigido se traduz num aumento da carga burocrática exagerado e desnecessário. Apenas deve ser obrigatória a afixação do mapa de horário de funcionamento acrescido da obrigatoriedade de afixação do cartaz, não devendo ser de afixação obrigatória os elementos que não são relevantes para o ato de consumo/informação aos clientes.

Esta opção do Município não está apenas relacionada com a informação/comunicação aos clientes, mas, sobretudo, com facilitar o trabalho dos Serviços de Fiscalização e forças policiais, tornando-o mais rápido e eficiente, designadamente, em estabelecimentos com “casa cheia” ou quando os proprietários/exploradores dos estabelecimentos não estão presentes no momento da fiscalização e os funcionários não conhecem ou não sabem quais os elementos a disponibilizar para consulta, pelo que, se entende ser de manter.

- Artigo E-1/15.º - Restrição provisória e definitiva: Discordam que se tenha alargado o direito de petição a outras entidades, “sem uma fundamentação precisa e comprovada”, correndo-se o risco de “fomentar o aproveitamento indevido de desavenças pessoais.”

O direito de petição de qualquer interessado é um princípio basilar do procedimento administrativo, corolários dos princípios da participação e da colaboração

com os particulares, pelo que, apenas se consagra, no texto da norma, uma regra geral, com assento legal.

Acresce que a restrição dos horários nos casos previstos na norma, apenas poderá operar em casos “devidamente justificados e que se prendam com razões de proteção do interesse público...”

- Artigo E-1/16.º - Medidas cautelares: Discordam da redação proposta, por “existir um *caracter excessivo e desproporcionado nas medidas punitivas previstas no Regulamento*”. Entendem que “*deve o articulado prever a possibilidade de se proceder à audiência prévia do interessado anterior à aplicação definitiva de qualquer sanção, à semelhança do que sucede no Regulamento do Ruído.*”

Vejamos, o artigo E-1/16.º dispõe que “*Sem prejuízo das contraordenações aplicáveis ao presente Título e demais legislação aplicável, o incumprimento das regras de funcionamento dos estabelecimentos previstas nos artigos E-1/5.º, E-1/6.º, E-1/7.º e E-1/8.º, determina a adoção imediata de uma das seguintes medidas cautelares, nos termos e condições previstas no artigo 27.º do Regulamento Geral do Ruído...*”

Ora, o artigo 27.º do RGR, para o qual o artigo E-1/6.º remete diretamente, dispõe, no seu n.º 3, que *as medidas cautelares se presumem decisões urgentes, devendo a entidade competente, sempre que possível, proceder à audiência do interessado concedendo-lhe um prazo não inferior a três dias para se pronunciar.*

Pelo que, se a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo E-1/6.º do CRMB se faz nos termos e condições previstas no artigo 27.º do RGR, já se encontra acautelada, “sempre que possível”, a audiência prévia do interessado.

III - Conclusões

Na sequência dos contributos recebidos no âmbito dos procedimentos de consulta pública e de audiência prévia dos interessados e da respetiva análise, na decisão final, o Município de Braga mantém na generalidade o previsto no Projeto de

Regulamento, sem prejuízo do ajustamento de aspetos pontuais ou clarificação de alguns pontos, reforçando-se em algumas matérias a fundamentação, nos termos expostos e detalhados neste documento.

Relatório do Documento interno n.º 35611 de 16/11/2018

DOCUMENTO Nº

DATA 00/00/0000

REFERÊNCIA

REGISTADO: luis.azevedo

ATUALIZADO: luis.azevedo

ASSUNTO

Alteração ao CRMB - Eventos Municipais

REMETENTE SERV: DMGAP - DIVISÃO SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO

TIPO DE DOCUMENTO DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

*A reunião do
Executivo Municipal
Fim da reunião
10 Abril 2019*

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Func.: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes

PROCESSO N.º 2018/100.10.400/3

CLASSIFICAÇÃO 100.10.400 - Produção e comunicação de atos regulamentares locais

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(23) Movimentado no dia 03/04/2019 11:59 para Func.: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes

Efetuado por Func.: 3730 - Luis Manuel Montenegro Azevedo(luis.azevedo)

Motivo: Em conformidade com a informação que antecede e após consulta à DAC e pesquisa na MGD, de acordo com o email de 26/3/2019, da DISIQ, verificou-se que não há registos de receção de contributos no período de consulta pública.

(22) Movimentado no dia 03/04/2019 10:40 para Func.: Luis Manuel Montenegro Azevedo

Efetuado por Func.: 5258 - Nádia Jerónimo Pereira Bastos Fernandes(nadia.fernandes)

Motivo: Verificar que existiram contributos no âmbito da consulta pública e em caso negativo remeter, com urgência, ao Sr. Diretor Municipal da DMGAP para, em caso de concordância relegar ao Sr. Presidente para submissão à reunião do executivo com vista à sua aprovação pela Assembleia Municipal.

Deverá dar-se conhecimento deste trâmite à Dr.ª Ana Bernardo, enquanto coordenadora do CRMB para os devidos efeitos.

Esta informação foi superiormente validada pela Dr.ª Isilda.

(21) Movimentado no dia 26/03/2019 16:25 para Func.: Nádia Jerónimo Pereira Bastos Fernandes

Efetuado por Func.: 3730 - Luis Manuel Montenegro Azevedo(luis.azevedo)

Motivo: Para procedimento

(20) Movimentado no dia 06/02/2019 16:36 para Func.: Luis Manuel Montenegro Azevedo

Efetuado por Func.: 3386 - Lilliana Cristina Silva Veiga(lilliana.veiga)

Motivo: Publicado hoje em DR - ver anexo

(19) Movimentado no dia 21/01/2019 14:19 para Func.: Lilliana Cristina Silva Veiga

Efetuado por Func.: 3386 - Lilliana Cristina Silva Veiga(lilliana.veiga)

Motivo: Publicitado no site e afixado nos locais de estilo. Submetido em DR hoje. Aguarda publicação

(18) Movimentado no dia 18/01/2019 16:02 para Func.: Lilliana Cristina Silva Veiga

Efetuado por Func.: 3730 - Luis Manuel Montenegro Azevedo(luis.azevedo)

Motivo: Remeto processo de alteração/revisão do CRMB a fim de publicar no DR, no portal institucional da CMB e nos locais de estilo habituais o Aviso de início de período de discussão pública.

(17) Movimentado no dia 07/01/2019 15:03 para Func.: Luis Manuel Montenegro Azevedo

Efetuado por Func.: 1998 - Alice Maria Vale Rego Rodrigues Goncalves(alice.goncalves)

Motivo: Segue doc. em suporte papel

(16) Movimentado no dia 07/01/2019 09:46 para Func.: Alice Maria Vale Rego Rodrigues Goncalves

Efetuado por Func.: 863 - Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes(miguel.guimaraes)

Motivo: Concordo. Proceda-se à consulta pública.

(15) Movimentado no dia 20/12/2018 10:41 para Func.: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes

Efetuado por Func.: 3730 - Luis Manuel Montenegro Azevedo(luis.azevedo)

Motivo: Em conformidade com informação que antecede

Concordo. O regulamento está em condições de ser submetido ao conselho e AM, para do visto final. Ao remeter ao Sr. Presidente.
4/4/2019

Relatório do Documento interno n.º 35611 de 16/11/2018

Detalhes do Documento

1. Original Envlado para Func.: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes

PROCESSO N.º 2018/100.10.400/3

CLASSIFICAÇÃO 100.10.400 - Produção e comunicação de atos regulamentares locais

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(14) Movimentado no dia 19/12/2018 18:20 para Func.: Luis Manuel Montenegro Azevedo

Efetuada por Func.: 852 - Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas(isilda.castro)

Motivo: Para remeter ao Sr. Diretor Municipal. Concorde com a informação, objeto de retificação.

(13) Movimentado no dia 19/12/2018 17:30 para Func.: Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas

Efetuada por Func.: 5258 - Nádía Jerónimo Pereira Bastos Fernandes(nadia.fernandes)

Motivo: Concorde. À consideração superior

(12) Movimentado no dia 19/12/2018 17:12 para Func.: Nádía Jerónimo Pereira Bastos Fernandes

Efetuada por Func.: 3730 - Luis Manuel Montenegro Azevedo(luis.azevedo)

Motivo: Retificação da Informação Interna n.º 39035

(11) Movimentado no dia 19/12/2018 17:05 para Func.: Luis Manuel Montenegro Azevedo

Efetuada por Func.: 3730 - Luis Manuel Montenegro Azevedo(luis.azevedo)

Motivo: Incluído documento interno n.º 39778 de 19/12/2018 no processo.

(10) Movimentado no dia 19/12/2018 14:33 para Func.: Luis Manuel Montenegro Azevedo

Efetuada por Func.: 5258 - Nádía Jerónimo Pereira Bastos Fernandes(nadia.fernandes)

Motivo: Prossiga-se com os trâmites do procedimento para consulta pública.

(9) Movimentado no dia 18/12/2018 16:58 para Func.: Nádía Jerónimo Pereira Bastos Fernandes

Efetuada por Func.: 3730 - Luis Manuel Montenegro Azevedo(luis.azevedo)

Motivo: Para validação e despacho da informação de submissão a consulta pública.

(8) Movimentado no dia 13/12/2018 14:32 para Func.: Luis Manuel Montenegro Azevedo

Efetuada por Func.: 5258 - Nádía Jerónimo Pereira Bastos Fernandes(nadia.fernandes)

Motivo: Para procedimento cfr. informação em físico.

(7) Movimentado no dia 13/12/2018 11:29 para Func.: Nádía Jerónimo Pereira Bastos Fernandes

Efetuada por Func.: 3730 - Luis Manuel Montenegro Azevedo(luis.azevedo)

Motivo: Informação com proposta de submissão da alteração ao CRMB a discussão pública

(6) Movimentado no dia 13/12/2018 11:25 para Func.: Luis Manuel Montenegro Azevedo

Efetuada por Func.: 3730 - Luis Manuel Montenegro Azevedo(luis.azevedo)

Motivo: Incluído documento interno n.º 39035 de 13/12/2018 no processo.

(5) Movimentado no dia 12/12/2018 14:29 para Func.: Luis Manuel Montenegro Azevedo

Efetuada por Func.: 5258 - Nádía Jerónimo Pereira Bastos Fernandes(nadia.fernandes)

Motivo: De acordo com a orientação dada pela Dra. Isilda segue para procedimento. (com processo físico)

(4) Movimentado no dia 11/12/2018 14:42 para Func.: Nádía Jerónimo Pereira Bastos Fernandes

Efetuada por Func.: 3730 - Luis Manuel Montenegro Azevedo(luis.azevedo)

Motivo: Remete-se para os devidos efeitos. Terminou prazo, em 6/12/2018, para constituição de interessados e apresentação de contributos. Solicitou-se pedido de informação, por email, à DAC e ainda não responderam.

(3) Movimentado no dia 22/11/2018 11:18 para Func.: Luis Manuel Montenegro Azevedo

Efetuada por Func.: 3386 - Lilliana Cristina Silva Veiga(liliana.veiga)

Motivo: Publicado no site e, informado o atendimento

Relatório do Documento interno n.º 35611 de 16/11/2018

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Func.: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes

PROCESSO N.º 2018/100.10.400/3

CLASSIFICAÇÃO 100.10.400 - Produção e comunicação de atos regulamentares locais

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(2) Movimentado no dia 21/11/2018 17:00 para Func.: Lillana Cristina Silva Veiga

Efetuada por Func.: 3730 - Luis Manuel Montenegro Azevedo(luis.azevedo)

Motivo: Remete-se o processo relativo à alteração do CRMB (Eventos Municipais), para publicação do aviso de abertura de procedimento no site institucional, de acordo com o ponto 10 do PT 01-01-03. Segue físico via protocolo

(1) Movimentado no dia 16/11/2018 10:32 para Func.: Luis Manuel Montenegro Azevedo

Efetuada por Func.: 3730 - Luis Manuel Montenegro Azevedo(luis.azevedo)

Motivo: Registo original

Anexos do documento

Tipo doc.: Documentos instrutórios | Data: 21/11/2018 | Observações: Proposta de alteração

Tipo doc.: Aviso | Data: 21/11/2018 | Observações: Aviso de Início de procedimento (doc. Word)

Tipo doc.: Aviso | Data: 21/11/2018 | Observações: Aviso de procedimento (doc. PDF)

Tipo doc.: Aviso | Data: 18/01/2019 | Observações: Aviso de Abertura de período de discussão pública (Word)

Tipo doc.: Aviso | Data: 18/01/2019 | Observações: Aviso de Abertura de período de discussão pública (PDF)

Tipo doc.: Aviso | Data: 06/02/2019 | Observações: Aviso publicado em DR

Tipo doc.: Documentos instrutórios | Data: 03/04/2019 | Observações: Informação da DAC relativamente à consulta pública.

Conhecimentos do documento

Enviado para o Func. 852 - Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas, no dia 19/12/2018 14:33, por nadia.fernandes

Enviado para o Func. 3730 - Luis Manuel Montenegro Azevedo, no dia 19/12/2018 17:30, por nadia.fernandes

Enviado para o Func. 2796 - Ana Isabel Palas Bernardo, no dia 03/04/2019 11:59, por luis.azevedo

Documentos do Processo

Interno n.º 39035 do dia 13/12/2018

Remetente: Serv.: DMGAP - DIVISÃO SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Informação

Interno n.º 39778 do dia 19/12/2018

Remetente: Serv.: DMGAP - DIVISÃO SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Informação

Interno n.º 35611 do dia 16/11/2018

Remetente: Serv.: DMGAP - DIVISÃO SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Documentos instrutórios

Alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga

O artigo D-2/3.º, Parte D, Título II, (Ocupação do Espaço Público e Publicidade) e o artigo I/30.º, Parte I (Fiscalização e Sancionamento de Infrações) do Código Regulamentar do Município de Braga passam a ter a seguinte redação:

«Artigo D-2/3.º

Precariedade

1 – [...]

2 – [...]

3 – Nos eventos municipais podem os licenciamentos, autorizações e comunicações, mediante notificação via edital com uma antecedência mínima de dez dias úteis, ser:

- i) Condicionados ao cumprimento de requisitos reputados como essenciais pela respetiva organização;
- ii) Restringidos, total ou parcialmente, quando se conclua que perturbam a segurança e mobilidade do evento, ou quando se situem em zonas estratégicas de programação.

Artigo I/30.º

Ocupação do espaço público

1 – [...]

2 – [...]

3 – Quando a infração prevista na alínea g) do número anterior, respeitar à violação de requisitos fixados para ocupação de espaço público em eventos municipais, será determinada a sanção acessória de proibição de ocupação de espaço público no evento municipal imediatamente posterior.»



BRAGA

Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso

Concordo. Remete-se ao Sr. Diretor Municipal e em c.c. à Gestora do CRMB, Dr. Ana Bernardo e ao Dr. Luís Antunes Guimarães.
15/4/2019

Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Concordo

O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva
Miguel Antunes Guimarães

Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 6 de novembro de 2017

11

Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal

As Entes legais
19/04/19

11

Informação: “Projeto de Alteração ao CRMB, na parte referente ao “PARQUE DE CAMPISMO” e Alteração ao Regulamento Interno do Parque

Data: 2019/04/15

Tendo terminado o período de publicitação do início do procedimento e participação procedimental nos termos do estatuído no art.º 98.º do CPA do projeto de regulamento acima indicado, não foram efetuados quaisquer contributos, nem houve constituição de interessados.

Assim, entende-se **ser de dispensar a audiência prévia e consulta pública**, nos termos do que dispõem os artigos 100º e 101º do CPA, uma vez que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de



BRAGA
Município

Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospecção
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tem enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naqueles artigos.

1. Pelo que, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º do mesmo diploma legal, **a presente alteração Regulamentar deverá ser remetida ao Executivo Municipal, para que seja proposto à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.**
2. Por outro lado, foi necessário alterar o **Regulamento Interno**, por forma a adequá-lo às novas modalidades (Reserva Anual de Espaço e POD/Bungalow).
Assim, e nos termos do disposto nos artigos 25º, nº 1, alínea g) e do alíneas k) e 33º, nº 1, alíneas ee) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro **a presente alteração ao Regulamento Interno, deverá ser remetida ao Executivo Municipal, para que seja proposto à aprovação da Assembleia Municipal de Braga,**

À consideração superior,

A jurista, gestora do processo,


Elisa Cunha Coelho

Conflicto de interesses
14/03/2019 até 28/03/2019

Pesquisar:

Mostrar desde:

DD/MM/AAAA



até

DD/MM/AAAA



[Listar documentos](#)

Aviso de início de procedimento

13/03/2019

Revisão/ Aditamento à Parte G do Código Regulamentar do Município de Braga - Parque de Campismo

[Ver documento](#)

[Ver documento](#)

Aviso 1_2019

08/03/2019

Hasta Pública - Alienação de 8 (oito) veículos em fim de vida

Aviso 4_2019

04/03/2019

Proposta de criação de Regulamento da Taxa Municipal Turística de Braga - Discussão Pública

[Ver documento](#)

Aviso de início de procedimento

18/02/2019

Elaboração e aprovação do Regulamento da Gala do Turismo de Braga

[Ver documento](#)

Aviso de início de procedimento

18/02/2019

Elaboração e aprovação do Regulamento do Concurso Inovação Aberta

[Ver documento](#)

Aviso revisão/aditamento Código Regulamentar do Município de Braga

14/02/2019

Apoio Sénior - alteração aos artigos F-4/1.º e F-4/2.º, Parte F, Título IV do Código Regulamentar do Município de Braga

[Ver documento](#)

Aviso n.º AV/4/2019

11/02/2019

Notificação ao proprietário do terreno, sito na Rua das Rochas da execução dos trabalhos em falta, pelo Município de Braga

[Ver documento](#)

Aviso 3 - 2019 DR

06/02/2019

Alteração ao artigo D-2/3.º, Parte D, Título II (Ocupação do Espaço Público) e artigo I/30.º, Parte I (Fiscalização e Sançãoamento...

[Ver documento](#)

Aviso - Lista Unitária de Ordenação Final do Procedimento Concursal para...

25/01/2019

Aviso - Lista Unitária de Ordenação Final do Procedimento Concursal para ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de...

[Ver documento](#)

Aviso 3 - 2019

21/01/2019

Alteração ao artigo D-2/3.º, Parte D, Título II (Ocupação do Espaço Público) e artigo I/30.º, Parte I (Fiscalização e Sançãoamento...

[Ver documento](#)

Aviso 2 - 2019

18/01/2019

Revisão/aditamento ao Código Regulamentar do Município de Braga - Redes de comunicações eletrónicas, parte D, Título IV - Início de...

[Ver documento](#)

Aviso 1 - 2019

18/01/2019

Revisão/aditamento ao Código Regulamentar do Município de Braga - Taxa Municipal Turística - Início de procedimento

[Ver documento](#)

Aviso n.º AV/12/2018

17/01/2019

Execução dos trabalhos em falta pelo Município relativo ao terreno sito na Estrada de São Pedro, em frente ao n.º 75, União de...

[Ver documento](#)

Aviso n.º AV/11/2018

17/01/2019

Execução dos trabalhos em falta pelo Município relativo ao terreno sito na Rua da Torre, Freguesia de Priscos

[Ver documento](#)

Aviso n.º AV/10/2019

17/01/2019

Execução dos trabalhos em falta pelo Município relativo ao terreno sito na Travessa Santa Cecília, n.º 6, União de Freguesias de...

[Ver documento](#)

Aviso n.º AV/9/2018

17/01/2019

Execução dos trabalhos em falta pelo Município relativo ao terreno sito na Estrada de São Pedro, n.º 70, União das Freguesias de...

[Ver documento](#)

Aviso n.º AV/7/2018

17/01/2019

Execução dos trabalhos em falta pelo Município relativo ao terreno sito na Travessa de Codeçosa, n.º 21, Pedraiva

[Ver documento](#)

Aviso 20_2018

12/12/2018

Hasta Pública Passagem de Ano 2018

[Ver documento](#)

Aviso 19_2018

05/12/2018

Proposta de alteração do Código Regulamentar do Município de Braga - Parte E, Título I - Horário de Funcionamentos Estabelecimentos...

[Ver documento](#)

Aviso 18_2018

04/12/2018

Aviso de abertura do período de discussão pública para alteração do CRMB (artigos D-1/3.º, D-1/9.º, D-1/16.º, D-1/29.º, D-1/35.º, ...)

[Ver documento](#)

1 2 3 4

[Seguinte](#)

1. INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE REVISÃO REGULAMENTAR:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal para aprovação o início do procedimento de revisão regulamentar na parte G3 - Equipamentos Municipais - Parque de Campismo.

*Debate sobre procedimento. Matheus
de cov.*



BRAGA
Município

PROPOSTA

CM - Reunião de 8/3/2019
De deliberado abrir processo
direito. Abstenção da CM

ASSUNTO: Parque de Campismo

Havendo necessidade de proceder à regulamentação do "Serviço de Reserva Anual de Espaço" e ao "Alojamento em POD's – Bungalows" (novas unidades de alojamento disponíveis no Parque de Campismo), entende-se que deverão ser alteradas e atualizadas as regras existentes no Código Regulamentar do Município de Braga, sobre o «Parque de Campismo».


Neste seguimento, surge ainda a necessidade de alterar a Tabela de Preços (vd. Anexo).

Assim sendo, propõe-se que seja alterada a **Parte- G3 – Parque de Campismo** do CRMB -, conforme supra proposto e propostas anexas.

Braga, 31 de janeiro de 2019

O Vereador do Pelouro do Ambiente, Energia e Desenvolvimento Rural, Turismo e Defesa do Consumidor,


(Altino Bessa)

As Entes Muzyl.
19.02.21




PROCESSO Nº 2019/100.10.400/6

Assunto: ALTERAÇÃO AO CRMB – PARQUE DE CAMPISMO

Informação de 21/02/2019

Gestora do Procedimento: Elisa Cunha Coelho

Concedido
21/2/2019
[Signature]

ANÁLISE

Pelo Pelouro do Ambiente, Energia e Desenvolvimento Rural, Turismo e Defesa do Consumidor, através de Proposta de 31/01/2019, foi solicitada a alteração das disposições referentes ao Parque de Campismo (**DOCUMENTO Nº 1**), com a seguinte justificação:

«Havendo necessidade de proceder à regulamentação do “Serviço de Reserva Anual de Espaço” e ao “Alojamento em POD’s – Bungalows” (novas unidades de alojamento disponíveis no Parque de Campismo), entende-se que deverão ser alteradas e atualizadas as regras existentes no Código Regulamentar do Município de Braga, sobre o «Parque de Campismo».

Neste seguimento, surge ainda a necessidade de alterar a Tabela de Preços (vd. Anexo).

Assim sendo, propõe-se que seja alterada a **Parte- G3 – Parque de Campismo** do CRMB -, conforme supra proposto e propostas anexas.»

PROCEDIMENTO DE TRABALHO Regulamentos Administrativos – Com Eficácia Interna Externa

PT-01-01-03 de 19/06/2018 – revisto em 03/07/2018

Verificação do cumprimento dos passos a seguir



«1. A UO elabora informação com a intenção de regulamentar/rever regulamento, com a devida fundamentação (INCLUI: fundamentação administrativa, análise custo-benefício, oportunidade), e encaminha para o decisor político (Vereador e/ou Presidente), precedida de parecer do respetivo Diretor Municipal, por forma a colher a sua opinião relativamente à pertinência da proposta».

Esta revisão regulamentação tem por base o processo que se iniciou com proposta da **Ex.mo Senhor Vereador, Engº Altino Bessa** (acima transcrita).

O processo foi então remetido a esta **Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso (DSJC)**.

«5. A **DSJC** cria um processo tipo 100.10.400 - Produção e comunicação de atos regulamentares locais, na Gestão Documental. »

Criado o processo nº 2019/100.10.400/6

«6. A **DSJC** elabora proposta de início de procedimento (MOD-01.01.13 - Aviso de Abertura do Período de Participação Procedimental). »

Em anexo – DOCUMENTO Nº 2

E, «7. Informa e envia proposta [dela devendo constar: considerações que justificam e fundam o desencadeamento do procedimento, pela indicação sucinta, mas precisa, do objeto do (o que se visa com o) procedimento (ou seja, qual a específica matéria normativa que vai ser regulada de novo ou alterada) e a proposta de a quem caberá a direção do procedimento (para efeitos de delegação da direção do procedimento)] ao **Presidente da Câmara**, para efeitos de envio ao Executivo Municipal».



INFORMAÇÃO/PROPOSTA

LEI HABILITANTE: ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da Lei Habilitante – alíneas e), ee) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Do processo que foi remetido a esta DSJC constam todas as informações necessárias para que o mesmo seja iniciado, ou seja, a proposta está devidamente fundamentada nos documentos que se anexam, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos – **DOCUMENTO Nº 3, 4 e 5 (Regulamentação da Reserva Anual de Espaços, Regulamentação dos POD's e Proposta de alteração à Tabela de Preços)**

NOTA: Quanto às propostas de alteração à Tabela de Preços, estão as mesmas a ser analisadas pela Divisão Financeira.

Embora tenham sido apresentadas propostas de Novos Regulamentos, deve tratar-se não da elaboração de um regulamento autónomo, mas sim de disposições a incluir no CRMB, na Parte G – Equipamentos Municipais – Parque de Campismo.

As alterações propostas pretendem prever novas situações, inexistentes à data da elaboração do CRMB.

*

O processo está assim em condições de ter seguimento para o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara.



Depois de **aprovada a presente informação**, deverá o processo ser remetido ao **Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos (GAOA)** para os **procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal** (Ordem de Trabalhos), para:

- Aprovação do **início do presente procedimento de revisão regulamentar**, que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.
- **Posterior assinatura, pelo Sr. Presidente, do Aviso de Abertura.**

À consideração superior,

A jurista, gestora do procedimento,

AVISO DE ABERTURA
DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL RELATIVO AO INÍCIO
DE PROCEDIMENTO DE alteração ao
CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária realizada no dia 08/03/2019, **deliberou** iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a elaboração e aprovação de **Revisão Regulamentar/Aditamento - CRMB**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da Lei Habilitante – alíneas e), ee) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
2. A referida revisão pretende alterar a Regulamentação referente ao PARQUE DE CAMPISMO – **ALTERAÇÃO à Parte G do Código Regulamentar do Município de Braga – Equipamentos Municipais – Parque de Campismo.**
3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
4. Os interessados podem ainda, no prazo de **10 dias úteis**, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação da **Revisão Regulamentar**, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.

5. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico codigoregulamentar@cm-braga.pt, conforme MOD-01.01.16 - Minuta Participação Procedimental.

Braga, 08/03/2019.

O Presidente da Câmara Municipal,



(Ricardo Rio)

PARTE G – EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS

TÍTULO III

PARQUE DE CAMPISMO

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Artigo G-3/1.º

Objeto

1. O presente Título tem como objeto a definição das regras de utilização e funcionamento do Parque Municipal de Campismo e de Caravanismo de Braga, **adiante designado por Parque.**
2. **O Parque** destina-se à prática de campismo e caravanismo, bem como a outras manifestações conexas, de forma a melhor servir os seus utentes em férias, fins-de-semana ou itinerantes.
3. **O Presidente da Câmara Municipal de Braga designará um responsável pelo Parque.**

Artigo G-3/2.º

Localização e lotação

1 — O **Parque** localiza-se na Av. Dr. Viriato Amaral Nunes (E.N.101 Braga – Guimarães) ao km 1 na freguesia de S. José de S. Lázaro.

[2 — O Parque de Campismo tem a área de 12,291m² e lotação para 200 campistas.]

ANTERIOR REDAÇÃO

2 — O Parque tem a área de 12,291m² e lotação para 300 campistas. - NOVA REDAÇÃO

Artigo G-3/3.º

Período de funcionamento

[1 — O Parque de Campismo terá um funcionamento sazonal no período compreendido entre os meses de abril a outubro, em data a precisar, salvo interrupções determinadas, por motivo justificado e devidamente publicitado.] ANTERIOR REDAÇÃO

1 — O Parque tem um funcionamento anual, salvo interrupções determinadas por motivo justificado e devidamente publicitado. NOVA REDAÇÃO

[2 — A receção funciona das 8.00 às 23.00 horas, no período de maio a setembro, e das 9.00 às 19.00 horas, nos meses de outubro e abril, devendo o respetivo horário ser afixado na entrada do edifício da receção do Parque de Campismo.] ANTERIOR REDAÇÃO

2 — A receção funciona das 8.00 às 23.00 horas, durante todo o ano, devendo o respetivo horário ser afixado na entrada do edifício da receção do Parque. NOVA REDAÇÃO

3 — Este período de funcionamento e horário pode ser alterado pelo Município, sempre que se justifique.

Artigo G-3/4.º

Utilização do Parque

- 1. A área de utilização do Parque distribui-se por espaços adequados, designados por alvéolos, possuindo ainda unidades de alojamento complementar, no âmbito do Glamcamping, designadas por POD's (Bungalows).**
- 2. As regras específicas aplicáveis aos POD's constam do Regulamento Interno do Parque.**